



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2017.

Nº. 7/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António João Fernandes Colaço prestou informação do resultado da reunião, em que participou, efetuada na Assembleia da República entre a Comissão de Economia e Obras Públicas e a Comissão de Acompanhamento das Obras do IP2, no concelho de Castro Verde, e que na mesma reunião se verificou uma abertura por parte da referida Comissão no sentido de pressionar o governo para que diligencie junto da concessionária por forma a minimizar os danos causados com o encerramento dos acessos ao IP2.

Aprovação da ata da reunião anterior:

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento do seguinte:

- da discussão dos seus projetos de Resolução sobre mobilidade rodoviária e ferroviária no distrito de Beja;
- da apresentação do Projeto de Lei Quadro que estabelece as condições e requisitos de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais;
- da sua declaração de voto sobre a votação final dos projetos de lei relativos à Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais; e,
- do seu Projeto de Resolução que propõe a universalização de educação pré-escolar a partir dos 3 anos de idade.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Autorização para alienação, através de concurso público, de dois lotes de terreno destinados a logradouros e um para construção urbana destinado a habitação, em Entradas:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“O Município de Castro Verde é dono e legítimo proprietário de lotes de terreno na freguesia de Entradas, concelho de Castro Verde, dois deles destinados a logradouros e um a construção urbana destinado a habitação, os quais se encontram em condições para se proceder à sua alienação, com infraestruturas concluídas.

O lote de terreno destinado a construção urbana para habitação tem como objetivo criar condições de habitação para a fixação de famílias, que se proponham a fixar residência permanente na localidade de Entradas e de incluir no mercado um lote de terreno a preço atrativo, particularmente numa Freguesia com menos população com o intuito de a revitalizar e desenvolver.

Os lotes de terreno destinados a logradouros têm como objetivo disponibilizar terrenos contíguos às habitações, principalmente aos que estejam na dependência dos prédios urbanos envolventes.

Assim proponho que a Câmara Municipal de Castro Verde delibere:

- a) No uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, autorizar a sua alienação através de concurso público, mediante as condições estipuladas no programa de concurso anexo a esta proposta, de 3 lotes de terrenos sítios na localidade de Entradas.
- b) Aprovar os valores fixados como preço base para a alienação de cada um dos lotes, cujo valor total da alienação de todos os lotes totaliza 18.000,00 €.

O concurso público será publicitado através de editais afixados nos lugares públicos do costume, na página de internet do município e mediante a publicação de edital em jornal regional.”

Os lotes de terreno destinados a logradouros situam-se na Rua Projetada e o destinado a habitação na Rua Álvaro Cunhal.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, autorizar a alienação através de concurso público, mediante as condições estipuladas no programa de concurso anexo a esta proposta, de 3 lotes de terrenos sítios na localidade de Entradas, constantes no programa de concurso anexo à presente proposta.

Ficam anexos à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos, os documentos que constituem a proposta acima descrita.

2. - Emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços:

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 51.º, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2017, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade de parecer prévio vinculativo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa e avença.

Considerando a obrigação prevista no número anterior, solicitou a Secção de Aprovisionamento e Património a emissão de parecer prévio para a renovação do contrato de aquisição de serviços celebrado, por ajuste direto, com José Maria Nobre Gil, para a prestação do serviço de leitura dos diversos consumidores em toda a área do concelho de Castro Verde e ainda o tratamento dos dados para a emissão das respetivas faturas, pelo preço base de 875,00 €/mês, o que perfaz um valor anual de 10.500,00 €.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 49º 5º e 12º da Lei nº.42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2017), deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

3. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato de decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Fernando Martins da Silva, em representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro, para a realização de bailes na sua sede, sita na Rua Morais Sarmento, em Castro Verde, das 22 às 3 horas, no período de 17 de Março a 14 de Abril, em cada dia que pretendam realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar o ato de decisão em causa relativamente à concessão da referida licença especial de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras de loteamentos municipais:

- **Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, o Plano de Segurança e Saúde referente à empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas.

Obras particulares/outros:

1.- Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e aprovou por, unanimidade e nominalmente, os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre os seguintes processos de obras:

- de Courela do Pomarão, Unipessoal Ld.^a, para construção de edifício destinado à instalação de um estabelecimento industrial (fumeiro), na Rua do Celeiro, em Santa Bárbara de Padrões (proc.º. 20/2016).
- de André Filipe Dâmaso Dourado para alteração/ampliação de habitação unifamiliar, sita na Rua António Aleixo nº.4, em Castro Verde (proc.º. 1/2017).
- de Ricardo Jorge Condinho Carvalho para construção de uma habitação unifamiliar na Rua da Horta nº.13, em Castro Verde, após demolição do existente (proc.º. 5/2017).

2. - Destaque de prédio urbano situado no interior do perímetro urbano de Castro Verde:

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por José Luís Martins Isidro, proprietário de um prédio urbano sito na Rua de Aljustrel nº.88 e na Rua dos Combatentes da Grande Guerra nº.7, em Castro Verde, inscritos na respetiva matriz sob os artigos nºs.1813, 1815 e 1816, e descrito na Conservatória sob o nº. 2062, em que, para efeitos de venda, solicita o destaque da parcela a que se refere o artigo da matriz nº. 1816, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra nº.7, destinado a habitação, composta de edifício de r/c, com várias divisões e quintal., com a superfície coberta de 75 m2 e descoberta de 62 m2.

A Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar o destaque da parcela de terreno em causa.

3. - Pedido de informação prévia para construção de habitação na Rua Álvaro Cunhal, lote 28, em Entradas:

Apreciou a Câmara o pedido de informação prévia apresentado por Miguel Filipe Tomé Mestre, relativamente à construção de uma habitação na Rua Álvaro Cunhal, lote 28, em Entradas, tendo, em face do parecer emitido pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, deliberado, por unanimidade e nominalmente emitir parecer favorável sobre a construção pretendida.

4. - Caducidade de processo de obras:

De harmonia com a informação do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente declarar a caducidade do processo de obras nº.4/2015, da empresa Transmissão Sado Ld.^a, referente à construção de um edifício destinado a oficina, no lote nº. 2, sito no Largo da Feira, em Castro Verde, em virtude das respetivas obras não terem sido concluídas até 5 de Novembro de 2016.

5. - Emissão de certidão sobre aumento de compartes de prédio rústico:

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Maria Cristina Milheiro de Mira Galvão, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de Maria Rosa Palma Mira Galvão, solicitando autorização para o aumento de compartes na propriedade mista, denominada Laranjo do Serro da Gaga, inscrito na matriz sob o artigo 42 H, localizado na freguesia de Entradas, com a área de 106,575 ha, a seu favor e de sua irmã Maria de Lurdes Santos Galvão Figueira Rodeia, para efeitos de celebração de escritura de propriedade em comum e sem determinação de partes.

A Câmara, em face da informação do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir certidão favorável para os fins solicitados, dado que não se verificam pressupostos fundamentais previstos no nº.2 do artigo 54º. da Lei nº. 64/2003, de 23 de Agosto.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1.- Programa Cultural Primavera no Campo Branco – 2017:

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade a proposta do Programa Cultural Primavera no Campo Branco, apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, a decorrer nos dias 21 de Abril a 21 de Maio, cuja estimativa orçamental na despesa ascende a 58.500 € e na receita 49.750 € (cofinanciamento Portugal 2020/Operação Cultura e Hábitos Culturais).

Prevê igualmente a estimativa orçamental do Programa Cultural Primavera no Campo Branco, ora aprovado, a cobrança de bilheteira nos seguintes espetáculos a realizar no Cineteatro Municipal:

- Musica: GNR, Gisela João e HMB, bilhetes a 5 € cada.
- Concerto Jazz, bilhetes a 3 € cada
- Teatros e Dança contemporânea, bilhetes a 3 € cada.

Fica anexo à presente ata, dando-se como aqui integralmente transcrita, a proposta do Programa Cultural Primavera no Campo Branco.

2. - Concessão de subsídio e apoio logístico ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde:

Apreciou a Câmara o pedido de apoio logístico e financeiro solicitado pelo Agrupamento de Escolas de Castro Verde no âmbito do projeto “Entre a Planície e o Mar” que está a ser dinamizado pelo 1º. Ciclo de Santa Bárbara de Padrões e uma turma do 5º. ano do Externato da Apresentação de Maria, no Funchal, e que consiste numa viagem, de carácter pedagógico/didático, dos alunos à Madeira.

A Câmara, segundo proposta do Sr. Presidente, deliberou, por unanimidade e nominalmente, conceder ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde o apoio logístico através da cedência de transporte, para e do aeroporto, e um apoio financeiro no montante de 1.000 €, autorizando o respetivo pagamento.

3.- Concessão/renovação de cartões sociais:

Com base na informação da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Luís Renato Camacho Júlio, residente nas Piçarras; Dália Alexandra Faria Rafael, Milene Ivete Pinto Mendonça e José Inácio Gonçalves Guerreiro, residentes em Castro Verde, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de; António José Santos Madeira, residente no Rolão; Maria Manuela Raposo Tenente Eugénio, residente em Castro Verde; Isabel Fatias Benvinda Guerreiro e de Donzelina Belchior Irineu Sousa Vilhena, residentes em Casével, todos no escalão A.
- Indeferir o pedido de cartão social requerido por João Jacinto Tomé, residente no Beringelho, em virtude do seu rendimento per-capita exceder o previsto no respetivo Regulamento Municipal.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,25 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.